

De: marcio_secretaria@sorriso.mt.leg.br
Enviado em: segunda-feira, 7 de outubro de 2019 09:53
Para: mineiagund@sorriso.mt.leg.br
Assunto: ENC: Resposta ao Ofício nº. 677/2019-GP/SEC
Anexos: DOC-Avulso inicial da matéria-PEC 32 2019.pdf

De: Secretaria [mailto:secretaria@sorriso.mt.leg.br]
Enviada em: segunda-feira, 7 de outubro de 2019 09:39
Para: marcio_secretaria@sorriso.mt.leg.br; licogno@hotmail.com
Assunto: ENC: Resposta ao Ofício nº. 677/2019-GP/SEC

De: Guilherme Leimann [mailto:guilherme.leimann@senado.leg.br]
Enviada em: segunda-feira, 7 de outubro de 2019 08:45
Para: secretaria@sorriso.mt.leg.br
Assunto: Resposta ao Ofício nº. 677/2019-GP/SEC

Senhor Presidente,

De ordem superior, em atenção ao Ofício nº. 677/2019-GP/SEC, que encaminha o Requerimento nº. 249/2019, pelo qual é requerida articulação junto ao Governo Federal quanto a elaboração de Proposta de Emenda Constitucional concernente a redução da maioria penal para jovens de 18 para 16 anos, informo que a Senadora Juíza Selma é signatária da PEC nº. 32/2019, que tramita no Senado Federal, que altera a redação do art. 228, da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

Pela referida proposta, fica estabelecida a responsabilidade penal aos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade na hipótese de cometimento de crimes previstos na legislação e, em se tratando de crimes definidos como hediondos, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, organização criminosa e associação criminosa, a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

Segue anexo o avulso inicial da referida PEC.

At.te

Guilherme Leimann

Chefe de Gabinete



SENADO FEDERAL

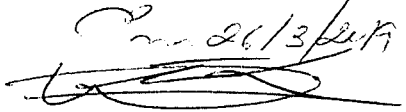
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2019

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) (1º signatário), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



Página da matéria

À Comissão de
Constituição,
Justiça e Cidadania.
26/3/2019


PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32 DE 2019

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de 16 (dezesseis) anos, sujeitos às normas da legislação especial aplicável.

§1º A idade de que trata o caput será de 14 (quatorze) anos em casos de crimes definidos como hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, organização criminosa, associação criminosa e outros definidos em lei.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A priori, em que pese ser de conhecimento desta Casa Legislativa a existência de outras duas propostas de emendas à Constituição, quais sejam: nº 115/2015 e nº 04/2019, que versam sobre o tema redução da maioria penal, mister evidenciar que seus objetos não retratam integral verossimilhança com a proposição ora apresentada.

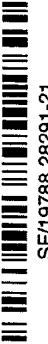
Recabido em 26/03/2019

Hora: 29:58

Página 2 de 10

Parte integrante do Avulso da PEC nº 32 de 2019.

Francisco Lima Lana
Matrícula 341864 SI.SF/SGM



SF/19788.28291-21

Página: 1/8 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b2525eb7e56e173813903e02c89aecc05f

Aliado à tal circunstância, não há como olvidar que a maior renovação da história do Senado Federal conclama aos novos parlamentares a oportunidade de analisarem a necessidade de mudanças significativas junto à sociedade, mormente em razão do inquestionável reflexo obtido nas urnas que culminou na vontade soberana do povo por congressistas alinhados a pautas de cunho conservador. Consequentemente, aos pleitos inegavelmente de interesse da população - como no caso vertente - deve-se privilegiar o debate, tornando possível conferir resposta eficaz e legítima aos anseios dos eleitores.

A apresentação desta proposição tem por escopo a relevância que o tema instiga junto à sociedade, gerando comoção nos cidadãos brasileiros pelo fato da percepção da certeza da impunidade ou inexistência de normas que busquem o endurecimento às ações criminosas perpetradas por seus autores menores de idade. Neste diapasão, constitui pleito mais do que urgente que os representantes eleitos pelo povo se inclinem a conclamar e buscar junto ao Parlamento a apresentação de matéria que convirja aos interesses dos seus eleitores.

É cediço que este Parlamentar, em toda sua trajetória política, tem por primazia a busca por meios que propiciem a eficácia e garantia da segurança pública e da ordem, ainda que tais medidas culminem em aparente enrijecimento do ordenamento jurídico. Ademais, não há como ignorar a circunstância no sentido de que existe clamor público para adoção de medidas que resultem eficazmente na diminuição dos índices de criminalidade.

Todavia, antes de trazermos argumentos contra e a favor da redução da maioria penal é de suma importância analisar as diferenças existentes sobre os significados desse instituto com a responsabilidade derivada a ela. A maioria penal e a responsabilidade penal possuem sentidos bem distintos, os quais precisam ser compreendidos antes de se começar qualquer discussão acerca do tema.

Majoridade penal é a idade em que o indivíduo irá responder criminalmente como adulto, ou seja, como aquele infrator das normas emanadas da legislação penal vigente irá responder. Já a responsabilidade penal trata sobre o dever de responder acerca qualquer delito que preveja as sanções aplicáveis a cada caso em concreto. E essa responsabilidade pode recair sobre alguém com idade inferior à da maioria penal mesmo que sofra uma pena diferenciada.

No Brasil, a confusão entre os termos deriva-se porque a Constituição Federal de 1988 não diferencia responsabilidade penal de maioria penal. De acordo com ela, menores de 18 (dezoito) anos são inimputáveis (não são responsáveis penalmente pelos atos praticados).



SF19788.28291-21

Página: 2/8 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b252eb7e56e173813909e02c69aacc05f



Contudo, essa inimizabilidade existe apenas do ponto de vista do Código Penal. Isso porque, a partir dos 12 (doze) anos de idade, um adolescente que cometer uma infração será responsabilizado por seus atos. Porém, sua punição será mais leve e de outra natureza do que a punição de um adulto.

Indubitavelmente, nas últimas décadas, os avanços sociais e tecnológicos propiciaram o estímulo da globalização e do desenvolvimento precoce das crianças e adolescentes. Os motivos que justificavam o estabelecimento da maioridade penal aos 18 anos - à época da publicação do Decreto-Lei 2.848/1940 - não são parâmetros, nem se prestam a balisar ou justificar esse limite nos dias atuais.

Asseverar de forma generalizada que adolescentes não possuem discernimento sobre seus atos, sobretudo aqueles emanados com extrema violência e crueldade, não passa de discurso irresponsável, hipócrita e com viés ideológico. A redução da maioridade é tendência a ser adotada, principalmente, em países desenvolvidos.

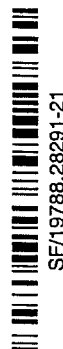
A responsabilização penal a partir de 14 (quatorze) anos de idade para delitos de extrema gravidade como crimes definidos como hediondos e assemelhados, organização criminosa e associação para o crime, por exemplo não se mostra exagerada ou impiedosa, posto que ao anuir para prática de fatos tão graves não há como negar que houve a conjunção de consciência e vontade para pautar sua conduta.

Outros argumentos para redução da maioridade penal podem ser citados, como por exemplo: que jovens de 16 (dezesseis) anos já podem votar. Então, por que não poderiam responder criminalmente como qualquer adulto?

A maior parte da população é a favor da política de responsabilização criminal dos menores. O Datafolha divulgou recentemente pesquisa em que 87% dos entrevistados afirmaram serem a favor da redução da maioridade penal, bem como à implementação de alterações legislativas que busquem a redução da maioridade penal, o que afasta, ao menos, o suposto aspecto “polêmico” da medida, que inexistente fora dos círculos acadêmicos e políticos.

Com a consciência de que não poderão ser presos, adolescentes sentem maior liberdade para cometer crimes, fato esse que é corriqueiro e vislumbrado nos noticiários diários. A aplicação das sanções aos jovens com faixa etária de 14 (quatorze) anos de idade para delitos graves, certamente, iria gerar uma diminuição da quantidade de crimes cometidos pelos mesmos, pois, sabemos que a impunidade acaba propiciando um atrativo para a conduta criminosa ser cometida.

É sabido que muitos países desenvolvidos adotam a maioridade penal aos indivíduos com idade inferior a 18 (dezoito) anos. Países do continente americano como os Estados Unidos, por exemplo, submetem jovens a



SF/19788.28291-21

Página: 3/8 18/03/2019 11:15:43

7108a43b252eb7e56e173813903e02c89aecc05f



processos criminais com idade a partir de 12 (doze) anos de idade. Outros exemplos poderão ser trazidos como a Nova Zelândia que criminaliza os jovens a partir de 17 (dezesete) anos de idade, a Escócia a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade e a Suíça adotando a maioridade a partir dos 15 (quinze) anos de idade completos.

No Brasil a legislação firmada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são insuficientes. O ECA prevê punição máxima de três anos de internação para todos os menores infratores, mesmo aqueles que tenham cometido crimes hediondos. A falta de uma punição mais severa para esses casos causa indignação em grande parte da população, que a cada dia vivencia verdadeiras barbáries com os crimes cometidos.

Neste espeque, menores infratores chegam aos 18 (dezoito) anos sem ser considerados reincidentes. Como não podem ser condenados como os adultos, os menores infratores ficam com a ficha limpa quando atingem a maioridade, o que é visto como uma falha do sistema.

A redução da maioridade penal diminuiria o aliciamento de menores para o tráfico de drogas. Hoje em dia, como são inimputáveis, os menores são atraídos para o mundo do tráfico para fazerem serviços e cometerem delitos a partir do comando de criminosos. Com a proposta de modificação da legislação, o aliciamento de menores perde o sentido. A prática de associações criminosas em aliciar menores é utilizada como instrumento de facções ao cometimento de crimes por conta da sua inimputabilidade, o que se traduz em certeza de impunidade, fato que, aliado aos inúmeros episódios de crimes bárbaros e cruéis perpetrados por menores com 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, acaba por gerar um grande sentimento de revolta popular conforme observado anteriormente.

O debate sobre a redução da maioridade penal envolve inúmeros elementos de ordem jurídica, social, psicológica, econômica, ideológica e de segurança pública, o que, muitas vezes, acarreta uma polarização nos discursos, sem alcançar-se, assim, um denominador comum para a questão.

Nesse sentido, considerando que o resultado das eleições de 2018 revelou a vontade soberana popular por congressistas conservadores e, principalmente, com o propósito de atender aos anseios dos eleitores e da sociedade, ponderando o aspecto tão sensível e complexo que envolve o tema, sugerimos a presente alteração no texto constitucional, de modo a permitir a punição dos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade na hipótese de cometimento de crimes previstos na legislação e, em se tratando de crimes definidos como hediondos, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, organização criminosa e associação criminosa que a responsabilização penal ocorra a partir de 14 (quatorze) anos de idade.



SF/19788.28291-21

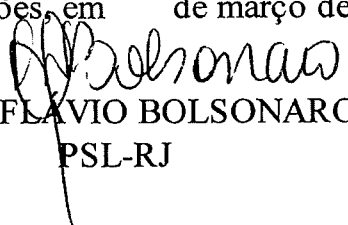
Página: 4/8 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b252eb7e56e173813903e02c89aecc05f



Dada a nobreza e importância das questões envolvidas na elaboração da presente proposta de emenda à Constituição, peço o apoio e empenho dos Senhores Senadores para aprovação desta matéria que ora submeto à elevada apreciação do Parlamento Nacional.

Sala das Sessões, em de março de 2019


Senador FLAVIO BOLSONARO
PSL-RJ



SF/19788.28291-21

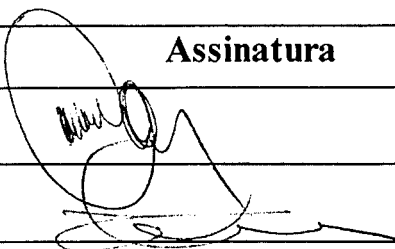
Página: 5/8 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b252eb7e56e173813903e02c89aeccc05f



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2019

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

	Senador(a)	Assinatura
1	Il. Sr. Senador Roberto	
2	C. VIANA	
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		



SF/19788.28291-21


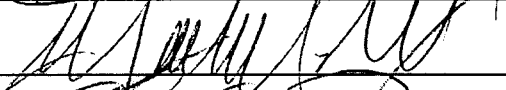
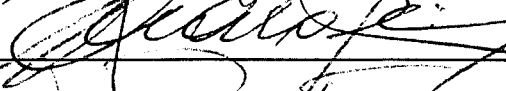
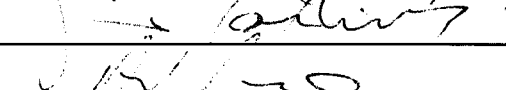

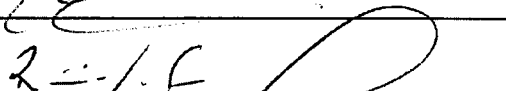
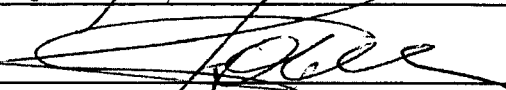

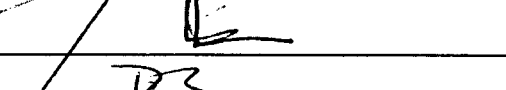
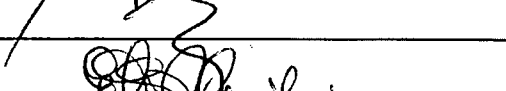
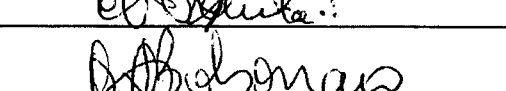
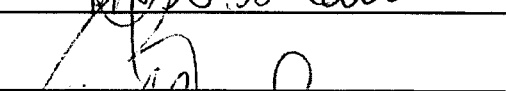

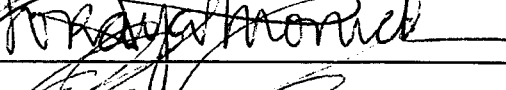


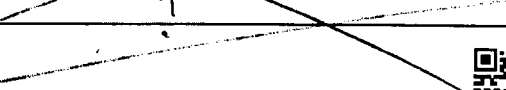

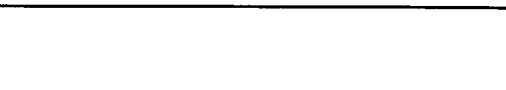
Página: 6/8 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b252eb7e56e173813903e02c89aecc05f



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2019

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

	Senador(a)	Assinatura
20	MARCOS DO VAL	
21	Marcelo Costa	
22	ALVARO DIAS	
23	LASTER	
24	ORIOVISTO	
25	STYVENSON VALENTIM	
26	RONARIO FARIAS	
27	EMERSON SOUZA	
28	IRAJÁ	
29	KALVINO	
30	CHUDROCKSON	
31	Edmar Ferreira	
32	Flávio Bolsonaro	
33		
34	Wagner Zimprino	
35	Sonya Thonick	
36	AROLD E DE OLIVEIRA	
37	Silene Amade	
38	ANGELO CORONEL	

SF/19788.28291-21

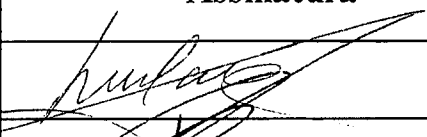
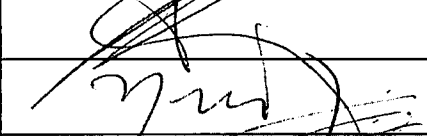
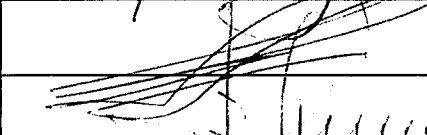
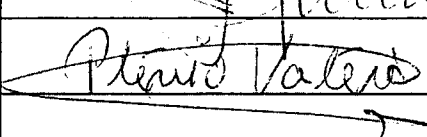
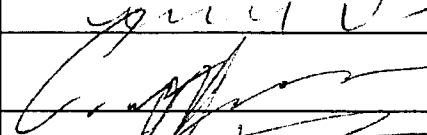
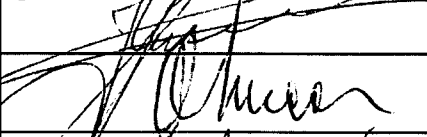

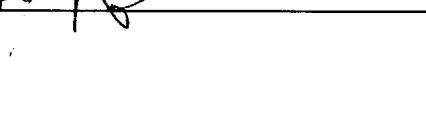




Página: 78 18/03/2019 11:15:43

7f08a43b252eb7e56e173813903e02c89aacc05f



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2019

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

	Senador(a)	Assinatura
39	Mecis de Jesus	
40	FERNANDO DE AZEVEDO	
41	Adriano Rodrigues	
42	Jorginho Melles	
43	E. AMIN	
44	Plínio Valério	
45	Maria do Carmo Alves	
46	CIRIO NOGUEIRA	
47	IZALEI WAP	
48	ETTO AMEON	
49	JARBAS VASCONCELOS	
50	LUIS CARLOS MENIZZI	



SF/19788.28291-21

Página: 8/8 18/03/2019 11:15:43

7108a43b252eb7e56e173813903e02c89aecc05f



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 228

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>